



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

ISSN: 1806-9347

Associação Nacional de História - ANPUH

Morales, Fábio Augusto; Silva, Uiran Gebara da
História Antiga e História Global: afluentes e confluências
Revista Brasileira de História, vol. 40, núm. 83, 2020, Janeiro-Abril, pp. 125-150
Associação Nacional de História - ANPUH

DOI: 10.1590/1806-93472020v40n83-06

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26363361007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

História Antiga e História Global: afluentes e confluências

*Ancient History and Global History:
Influences and Confluences*

Fábio Augusto Morales*
Uiran Gebara da Silva**

RESUMO

O artigo busca mapear os modos pelos quais a História Antiga e a História Global convergem na historiografia atual. Tomando como categorias centrais o eurocentrismo morfológico e o internalismo metodológico, o artigo discute a emergência de alternativas, no âmbito da História Antiga, à crise geral das macronarrativas históricas eurocêntricas no final do século XX, em particular as abordagens comparativa e mediterrânia, cuja construção foi paralela à formação do campo da História Global. O artigo discute cinco vias de convergência entre os dois campos: as macrocomparações, as histórias conectadas, as teorias sistêmicas, as abordagens das globalizações antigas e o enquadramento da Afro-Eurásia ocidental.

Palavras-chave: História Antiga; História Global; eurocentrismo morfológico; internalismo metodológico; globalizações.

ABSTRACT

This paper seeks to map the ways in which Ancient History and Global History converge in contemporary historiography. Taking as central categories the morphological eurocentrism and methodological internalism, the paper discusses the emergence of alternatives in the Ancient History to the general crisis of the Eurocentric historical macronarratives in the late twentieth century, especially the comparative and Mediterranean approaches, whose construction was paralleled by the formation of the Global History field. Then, the paper discusses five ways of convergence between the two fields: macrocomparisons, connected histories, systemic theories, ancient globalizations approaches and West Afro-Eurasian framing.

Keywords: Ancient History; Global History; morphological eurocentrism; methodological internalism; globalizations.

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. fabio.morales@ufsc.br <<https://orcid.org/0000-0002-9942-5011>>

** Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, PE, Brasil. uirangs@gmail.com <<http://orcid.org/0000-0002-9547-334X>>

O objetivo deste artigo é mapear as confluências entre a História Antiga e a História Global atuais. Preferimos o termo “confluências” a “influências”, para indicar que não se trata de uma ofensiva de um campo recente, a História Global, sobre o mais tradicional campo da História Antiga. Argumentamos, pelo contrário, que a recepção dos problemas propostos pela História Global ocorre por meio da convergência com tendências – aqui chamadas de “afluentes” – produzidas na própria História Antiga ao longo das últimas décadas. Longe de realizar um balanço extensivo da bibliografia ou mesmo abordar as diferentes experiências do tempo implicadas nas representações historiográficas, procuramos, neste texto, caracterizar algumas vias em desenvolvimento na historiografia recente, no âmbito internacional e nacional, apontando para suas possibilidades e seus limites.

Para tanto, dividimos o artigo em três partes. Na primeira, discutimos a crise, na segunda metade do século XX, de dois elementos centrais na conformação da História Antiga disciplinada ou científica, a saber, o eurocentrismo e o internalismo presentes na morfologia da disciplina. Na segunda, discutimos as alternativas a essa crise propostas na passagem dos séculos XX e XXI, em particular aquelas fundadas em paradigmas comparativos e/ou conectados que propõem escopos globais ou globalizantes. Na terceira, mapeamos cinco vias pelas quais o diálogo entre a História Global e a História Antiga têm confluído. Finalmente, concluímos o artigo apontando algumas implicações desse diálogo na morfologia da História Antiga, em especial em suas dimensões espaciais e temporais.

A CRISE DA HISTÓRIA E A HISTÓRIA ANTIGA

O campo da História Antiga se consolidou ao longo dos séculos XIX e XX com a formação de objetos, problemas e recortes bem singulares. Tomada como “berço” de características fundamentais da civilização ocidental (a razão, o direito, a arte clássica), a antiguidade dita greco-romana, fundada nos textos da Tradição Clássica (segundo a decisiva escolha de B. Niebuhr em seus cursos na Universidade de Bonn, na década de 1820; Niebuhr, 1852), assegurou seu papel genético nas Histórias Mundiais ou Universais contemporâneas. A consolidação da Egíptologia e da Assiriologia, situando as origens da civilização na África e na Ásia, não abalaria o esquema: uma “Idade Antiga Oriental” funcionaria como uma espécie de antessala para o nascimento dos traços civilizatórios “por excelência” (Liverani, 1999; Guarinello, 2003; Wengrow, 2010, p. 1-16). Diversas linhas de força conformaram o campo, mas o tratamento de

sua diversidade (objeto de crescente consideração da historiografia antiquista brasileira: cf. Silva; Carvalho, no prelo) escapa dos limites deste texto. Aqui, em função do objeto central deste artigo – os diálogos com a História Global – selecionamos dois elementos centrais na formação da História Antiga: o eurocentrismo morfológico e o internalismo metodológico.

Por eurocentrismo morfológico entendemos o modo como o grande contexto da “Idade Antiga”, que daria coerência para experiências sociais radicalmente diversas – o que Norberto Guarinello denomina “forma” (Guarinello, 2003) –, foi reconfigurado no século XIX em função dos critérios europeus de civilização (Amin, 1988; Conrad, 2016, p. 164-170). Com a disciplinarização do campo, as experiências sociais gregas e romanas, e, em menor escala, egípcias e mesopotâmicas, foram inseridas na trajetória triunfante da formação da modernidade ocidental (Guarinello, 2004; Vlassopoulos, 2007, p. 2). Por um lado, a Antiguidade foi preenchida por “berços” e “origens” (em particular aqueles ligados às cidades e ao Estado),¹ privilegiando certos períodos em função de suas “contribuições”, e marginalizando outros como “formativos” ou, inversamente, “decadentes”. Assim, por exemplo, o século VII a.C. na História da Grécia faria parte do formativo “período arcaico”, ao passo que na História do Egito seria parte do “período tardio”. No mesmo espírito, a ausência de determinado traço civilizatório, como o capitalismo, animaria a oposição entre primitivistas e modernistas no debate multissecular acerca da natureza da “economia antiga” (Manning; Morris, 2007; Palmeira, 2008, 2018).

Por internalismo metodológico, entendemos a ênfase nos fatores explicativos internos a uma dada unidade de análise. Tal unidade variou de campo para campo: se a historiografia do mundo contemporâneo debate hoje as implicações do uso da “nação” como referência historiográfica, outras historiografias habituaram-se a operar no âmbito de outras unidades, como o império, a civilização, a etnia, a região (Potter; Saha, 2015; Anievsk; Matin, 2016; Conrad, 2016). Tal postura foi reforçada pela projeção das experiências nacionalistas oitocentistas sobre a documentação antiga, associando conjuntos linguísticos e unidades políticas a “nações”, focos da narrativa historiográfica (Guarinello, 2003; Vlassopoulos, 2007). Quando articuladas em uma macro-narrativa, na órbita de um conceito de História como coletivo singular da História Universal (Fillafer, 2017; Koselleck, 2006), as histórias das “civilizações” sucediam-se no tempo em função de suas contribuições à “Civilização”. As conexões entre processos históricos paralelos, como, por exemplo, as colonizações fenícia e grega do Mediterrâneo na Idade do Ferro (Hodos, 2019) ou as independências da Pártia e de Pérgamo em relação ao império selêucida

(Overtoom, 2016), eram ignoradas ou tratadas apenas marginalmente nas histórias nacionalizantes de gregos, fenícios e iranianos.

A união entre o eurocentrismo morfológico e o internalismo metodológico resultou na macronarrativa em forma de “corrida de revezamento” da História Antiga (Guarinello, 2003, p. 52), na qual o foco historiográfico movia-se de um lugar a outro em função da invenção de certos traços civilizatórios: a escrita e a burocracia no Egito e na Mesopotâmia, o monoteísmo na Judeia, a economia mercantil na Fenícia, o racionalismo e a democracia na Grécia, o direito e o cristianismo em Roma. Nessa narrativa orientada do leste para o oeste, períodos inteiros seriam relegados a uma posição marginal, tais como o Egito pós-faraônico, a Mesopotâmia pós-babilônica, a Grécia helenística e romana e a Itália da Idade do Ferro, sem contar as histórias das sociedades africanas e europeias antes da dominação romana ou a história do Irã parto e sassânida etc. Provavelmente o exemplo mais claro seja a redução da história do império persa aquemênida a digressões nas narrativas do retorno dos exilados judeus da Babilônia no século VI a.C., das guerras médicas no Egeu no século V a.C., e as campanhas de Alexandre no século IV a.C.; essa solução narrativa ocultava a marginalidade de Israel, Grécia e Macedônia em relação ao império persa, ao menos do ponto de vista do mundo dos impérios (Briant, 1996; Vlassopoulos, 2013). Como a História Antiga preocupava-se com a explicação genética da civilização ocidental, as histórias que não resultaram nela poderiam ser incluídas apenas como digressões ou notas de rodapé.

O colapso dos impérios europeus a partir de meados do século XX, no entanto, abalou tanto a cosmogonia ocidental quanto a morfologia da História. Associadas às lutas pelos direitos civis de mulheres e afrodescendentes, as lutas anticoloniais apresentaram as condições materiais para a revisão crítica dos pressupostos que orientaram a constituição das ciências sociais como um todo: as identidades sociais e políticas, então seguras e estáveis, foram transtornadas em sua precariedade; os sujeitos históricos, identificados naquela “História Universal” predominantemente com a “burguesia triunfante”, e secundariamente com o “proletariado redentor” (branco, homem, heterossexual), foram descontinuados em sua complexidade; as estruturas, sólidas e previdentes, dariam lugar para a multiplicidade de movimentos das agências. A partir dos anos 1970, as perspectivas pós-estruturalistas, culturalistas, pós-coloniais ou pós-modernas promoveram uma radical desconstrução dos paradigmas naturalizados daquela temporalidade linear eurocêntrica (Appiah, 2016; Ávila, 2016; Chakrabarty, 2000; Young, 2004).

Nesse contexto, diversos autores fortemente influenciados pelos estudos culturais procuraram renovar a História Antiga por meio, justamente, da desconstrução de seus pressupostos e objetos tradicionais. Nisso, foi fundamental o impacto da virada linguística e o diálogo com os estudos literários. Acompanhando o desenvolvimento e a hegemonia da História Cultural na disciplina História como um todo (Burke, 1992), o campo da História Antiga foi radicalmente transformado. O maior cuidado com a linguagem e a estruturação retórica das fontes, e do próprio discurso dos historiadores, resultou em um trabalho de investigação sobre a Antiguidade muito mais consciente dos limites de suas hipóteses e generalizações. A crítica se voltou aos recortes documentais enviesados e às armadilhas de categorias como “civilização”, “ocidente” e “império”, das ideologias e lugares de fala que alimentaram os historiadores do XIX e do XX (Morley, 2004, com bibliografia anterior).

Contribui também para isso a intensificação e ampliação do escopo dos estudos arqueológicos sobre a Antiguidade na segunda metade do XX: dos monumentos aos assentamentos, dos artefatos isolados às prospecções de superfície, a Arqueologia Clássica e os ramos arqueológicos da Assiriologia e da Egíptologia levaram o debate sobre a cultura material na Antiguidade a um novo patamar. A profusão de investigações transformou e ampliou imensamente a base empírica para o estudo da Antiguidade e essa quantidade massiva de dados abalou drasticamente os estereótipos literários “nacionalistas” (Alcock; Cherry, 2004; Bowden; Lavan; Machado, 2004; Greene, 1990).

Os exemplos dessa renovação geral são abundantes. A estabilidade do Estado Egípcio foi desnaturalizada: os períodos intermediários, não mais entendidos como intervalos de caos e desordem, foram interpretados como parte do movimento pendular da dialética entre poder central e poder local (João, 2015). Os códigos legais babilônicos, ao invés de evidências do despotismo oriental, foram historicizados no jogo político partilhado entre Estado, templo e grupos sociais (Rede, 2009). O surgimento da razão grega deixou de ser interpretado em termos de “milagre”, para dar lugar a um profundo debate sobre o impacto cultural da organização social políade (Vernant, 2002) e das conexões dos gregos com povos asiáticos e africanos (Burkert, 1995; Bernal, 1987; Lefkowitz; Rogers, 1996). A expansão romana deixou de ser tomada como “destino manifesto” para ser explicada em função da natureza particularmente aberta da cidadania romana (Eckstein, 2006). A romanização unilateral, por sua vez, daria lugar a práticas de negociação, hibridismo, resistência, multiculturalismo e diversas outras modalidades de mutação e diálogo entre culturas dominantes e culturas subalternas (Webster, 2001; Wallace-Hadrill, 2008;

Silva, 2011). A duradoura manutenção do Império Romano, antes tomada como óbvia, passou a ser um problema histórico central, numa curiosa autor-reflexão sobre os impérios europeus até então destinados a serem eternos (Garnsey; Saller, 1987). Estudiosos chegaram mesmo a questionar a concepção de que o próprio Império e a Antiguidade tenham tido um “fim” (Bowersock; Brown; Grabar, 2001; Brown, 1971). Períodos considerados marginais, como o Egito proto ou pós-dinástico, a Grécia pré ou pós-clássica, a Itália monárquica ou tardio-antiga etc., receberam direitos de cidadania plena, junto das histórias de mulheres, escravos, camponeses, bárbaros e todos os outros grupos que não refletiam as projeções narcísicas do Ocidente. Finalmente, o golpe de misericórdia nas narrativas que naturalizavam origens, heranças e berços, no final do século XX veio com a emergência do campo de estudos da recepção dos “clássicos” e dos usos do passado no mundo contemporâneo, tomando o próprio eurocentrismo como objeto (Hardwick; Stray, 2008; Hartog; Revel, 2001; Martindale, 2006; Silva, 2007). Nesse contexto, nenhum território, dos sujeitos ou dos objetos, seria seguro para a prática da tradicional, eurocêntrica História Antiga.

ALTERNATIVAS À CRISE: COMPARAÇÃO E CONEXÃO

A explosão de novos objetos e abordagens em História Antiga, no final do século XX, levou à problematização do campo e incentivou a construção de alternativas que alteraram os parâmetros espaciais da disciplina. Duas delas são particularmente relevantes. A primeira é a proposta comparativa de escopo global, na qual experiências sociais da Antiguidade são descoladas do *continuum* temporal para serem comparadas a casos similares de outros lugares e tempos. Um dos exemplos mais eloquentes é o projeto comparativo das “culturas de cidade-Estado” promovido pelo Copenhagen Polis Centre: a rede de cidades gregas do período arcaico e clássico foi comparada com as redes mesoamericanas e andinas pré-colombianas, africanas modernas, suíças contemporâneas, europeias, árabes e chinesas medievais etc. – no total, o projetou levantou e comparou 36 culturas de cidade-Estado (Hansen, 2000, 2002). Fortemente influenciados pelo método weberiano de construção de tipos ideais, o projeto reinventa as pólis gregas como parte de um fenômeno global mais amplo: a despeito das diferenças, em comum têm a coerência cultural interna e a oposição a poderes imperiais. A proposta comparativista, no entanto, ao abrir mão da narrativa unificada, em sua busca por categorias amplas, afasta-se das macronarrativas; se o ganho heurístico do exercício é gigantesco,

sua contribuição para a superação do eurocentrismo de uma história como “coletivo singular”, ou seja, no âmbito de uma narrativa contínua, é limitada.

A segunda é a proposta baseada no paradigma da conexão, de natureza globalizante. Sua elaboração mais consistente foi aplicada ao Mediterrâneo, e constituiu o que se pode chamar de perspectiva mediterranista. A emergência de tal perspectiva foi alimentada pelo acerto de contas com o primitivismo e sua imagem isolacionista das sociedades antigas, cujo maior representante é a obra de M. I. Finley (1987, 1999). Foram importantes para isso, além do diálogo com os emergentes estudos pós-coloniais e globais, a incorporação dos debates e as categorias da *New Institutional Economics* (Scheidel; Reden, 2012) e da enorme massa produzida pelas pesquisas arqueológicas recentes (Manning; Morris, 2007; Mattingly; Alcock, 1997), o que levou a uma profunda crítica ao internalismo de Finley (Vlassopoulos, 2007). O maior exemplo desse movimento é livro *The Corrupting Sea, a Study of Mediterranean History*, de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (Horden; Purcell, 2000). Na perspectiva da “história ecológica”, os autores retiram a história das sociedades mediterrânicas do curso triunfante da História Universal e a situam como parte de uma história regional, de um lugar particular do mundo, a bacia mediterrânea. O Mediterrâneo de Horden e Purcell é um espaço ecológico profundamente integrado e dinâmico, marcado pela mobilidade e conectividade de suas populações. Assim, a ecologia específica do Mediterrâneo, marcada, por um lado, pela enorme diversidade e precariedade de seus microambientes (que não sustentariam comunidades isoladas e especializadas), e por outro, pelas facilidades para a conexão oferecidas pelo mar, criou as condições para a formação de padrões de intensa mobilidade e conectividade entre as comunidades mediterrânicas. Tal mobilidade, por exemplo, tornava difícil (ou mesmo supérflua) a construção de uma “história urbana”, na medida em que as cidades não são entidades nem isoladas (o “campo” de uma cidade pode se espalhar por diversas partes do Mediterrâneo) nem estáveis (na longa duração, a população das cidades varia profundamente); nesse quadro, os autores preferem falar em “grandes assentamentos” sustentados por “campos dispersos”, reforçando a instabilidade das entidades fundadas na ecologia diversificada, isoladamente precária e altamente conectada das margens mediterrânicas. Ao lado de temas da história urbana, agrícola e ecológica, o livro inclui estudos sobre honra e religiosidade, buscando distanciar-se das histórias *no Mediterrâneo*, nas quais o mar aparecia como mero cenário, no sentido de uma história *do Mediterrâneo*, em uma relação integradora entre sociedade e ambiente.

A imagem de um Mediterrâneo essencialmente conectado, com sujeitos históricos móveis e fronteiras fluidas, gerou diversas reações críticas (cf. Harris, 2005; Malkin, 2005). Primeiro, o mediterranismo de Horden e Purcell foi criticado por sua indeterminação temporal: as rupturas temporais se multiplicam tanto a ponto de, ironicamente, se diluírem na continuidade ecológica. Segundo, a indeterminação espacial: o Mediterrâneo é um espaço ecológico (extraordinariamente diverso), uma forma social (as redes mediterrânicas), ou uma combinação desses dois? Terceiro, a imposição sobre a história mediterrânea de um paradigma neoliberal, no qual o mar se torna uma alegoria de um “mundo sem fronteiras”. Tais críticas estiveram na base da proposição de um reparo ao modelo mediterranista que podemos chamar de paradigma da mediterranização. Ao invés de situar a conectividade e a mobilidade como fundamentos da história mediterrânea, tal paradigma busca historicizar a maior ou menor intensidade da integração de cada região a redes mediterrânicas. Desse modo, há uma história da integração mediterrânea marcada por avanços e recuos em diferentes modalidades, seus limites espaciais são móveis em função do escopo da integração, e a ênfase no caráter processual abre espaço para as contestações à integração e refundação das fronteiras tanto territoriais quanto sociais, culturais e econômicas (Morris, 2003; Guarinello, 2010; para as respostas dos autores às críticas e elaboração de alternativas, cf. Horden; Purcell, 2006). Desde então, entre o mediterranismo e a mediterranização, diversos estudos têm consolidado o lugar do Mediterrâneo como uma das formas historiográficas de base da História Antiga (Abulafia, 2003; Moatti; Kaiser; Pébarthe, 2009; Clément; Tolen; Wilgaux, 2006; Horden; Kinoshita, 2014, entre outros).

A década de 2000, assim, viu a emergência de estudos que buscavam superar os impasses da crise da História Antiga por meio de paradigmas comparativos e/ou conectados – um caminho paralelo ao seguido na afirmação da História Global. Com múltiplas raízes, o recente campo da História Global está aberto: as disputas em torno de sua definição atestam o caráter agonístico de sua emergência. A produção bibliográfica sobre a emergência e as modalidades da História Global é ampla: além das mais comumente citadas introduções de Mazligh (2006), Olstein (2014), Crossley (2015) e Conrad (2016), vale mencionar os livros de Mazligh e Buultjens (1993); Amin (2011), Sachsenmaier (2011), Belich et al. (2016), junto dos artigos de Kuntz Ficker (2014), Potter e Saha (2015), Marquese e Pimenta (2015), Garcia e Sousa (2017), Santos Júnior e Sochaczewski (2017), Drayton e Motadel (2018) e Morales e Pereira (2019), entre outros.

Na formação do campo, estão em questão elementos diversos. Qual é seu objeto: história do globo, da globalização, ou das globalidades? Seu método: pelo micro ou pelo macro, na curta ou na longa duração, comparando, conectando ou integrando? Sua natureza disciplinar: campo ou abordagem? As múltiplas respostas e os arranjos teóricos e metodológicos que compõem o que se hoje chama de História Global correspondem à multiplicidade de grupos que buscam a hegemonia sobre ela. Na miríade de abordagens concorrentes, são comumente citadas a *New World History*, a teoria do sistema-mundo, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a *Big History*, a micro-história global, a história conectada, a história cruzada, a história comparada, a nova tassologia, as modernidades múltiplas e as teorias pós-coloniais (Conrad, 2016; Morales; Pereira, 2019). Em comum, apenas a proposta de superação do eurocentrismo e do internalismo metodológico (ainda majoritariamente nacional, mas extensível aos impérios, civilizações, sociedades etc.). Propõem-se histórias que superem as fronteiras metodológicas tradicionais, e façam outra coisa que não a louvação acadêmica do Ocidente. Como fazer isso, no entanto, está longe do consenso.

O acúmulo dos debates no âmbito da História Global refinou os métodos comparativos e as interpretações conectivistas, simultaneamente ao que ocorria na História Antiga – com pouco ou nenhum debate direto. No entanto, os fundamentos da confluência (pela comparação e pela conexão) já estavam presentes nos anos 2000, e seriam desenvolvidos com maior intensidade na década de 2010.

CONFLUÊNCIAS: HISTÓRIAS ANTIGAS GLOBAIS

A História Global e a História Antiga atuais confluem na crítica ao eurocentrismo e ao internalismo metodológico. A primeira, dominada por estudos voltados ao período moderno em diante, dirige suas críticas ao excepcionalismo ocidental e à fixidez das fronteiras nacionais como suporte morfológico. A segunda, em pesquisas que vão da Idade do Bronze à Antiguidade Tardia, paulatinamente intensifica suas críticas às narrativas de origem eurocêntricas e ao internalismo de histórias centradas em um povo, região, civilização ou unidade política. Os modos pelos quais essas críticas são realizadas são variados. Aqui, destacamos cinco vias desenvolvidas na História Antiga que dialogam mais ou menos diretamente com os debates do âmbito da História Global. São eles: as macrocomparações, as histórias conectadas, as teorias sistêmicas, as globalizações antigas e a forma “Eurásia ocidental”.

A primeira via é representada pelos estudos que propõem e/ou realizam comparações em larga escala entre sociedades ou “civilizações” distintas, tendo a China imperial sob a dinastia Han como ponto de comparação privilegiado. Dois projetos iniciados nos anos 2000 são eloquentes: *Ancient Chinese and Mediterranean Empires Comparative History Project*, dirigido por Walter Scheidel na Universidade de Stanford (Estados Unidos), e *Rome/China Research Project*, dirigido por Fritz-Heiner Mutschler na Universidade de Dresden (Alemanha). Enquanto o primeiro se volta para “processos robustos” paralelos, tais como a passagem de sistemas de cidades-Estados para Estados territoriais, de protoburocracias para a diferenciação funcional, a dicotomia entre poder central e províncias etc. (Scheidel, 2009, 2015), o segundo concentrou-se na análise da produção de concepções sobre o império, em particular nas historiografias latina e chinesa (Mutschler; Mittag, 2008). A atração chinesa também se observa entre helenistas, mas com um foco nas manifestações da cultura letreada, em particular filosofia, historiografia e ciência (Martin, 2009; Lloyd; Zhao, 2018; Shankman; Durrant, 2002; Bueno, 2005). As diferentes ênfases das comparações são sintomáticas: a preocupação com as questões imperiais nas comparações entre China e Roma, por um lado, e com a alta cultura nas comparações entre China e Grécia, por outro, são sintomas da reiteração dos estereótipos acerca de “romanos expansionistas” e “gregos eruditos” – o risco de reaparição do eurocentrismo historiográfico por meio do espelho chinês não pode ser ignorado. Um exemplo eloquente é o livro *Myth of the Archaic State*, de Norman Yoffee (2013), publicado originalmente em 2005. Baseando-se na comparação de diferentes sociedades ao redor do planeta (Mesopotâmia, Egito, China, Mesoamérica), o autor desenvolveu tanto uma crítica ampla às teorias neoevolucionistas sobre o surgimento do Estado quanto hipóteses sobre o colapso modular das estruturas estatais. Ao se concentrar nas estruturas de poder e manter uma concepção descentrada do que seja “civilização”, Yoffee parece evitar a reprodução da concepção evolucionista da formação do Estado (Yoffee, 2013).

As histórias conectadas, por sua vez, desenvolvem tendências já evidentes no final do século XX em estudos pontuais. Tais histórias privilegiam objetos que articulam diferentes espaços, enfatizando a mobilidade de pessoas, ideias e artefatos. Vale destacar que, no Brasil, essa é a via com produção mais consistente, em particular no caso dos estudos sobre migrações, colonização e fronteiras (Cerqueira; Nobre; Pozzer, 2005; Florenzano; Hirata, 2009; Kormikiari; Hirata; Aldrovandi, 2011; Florenzano, 2019; Guarinello; Silva; Oliveira; Piza, 2019), sobre contatos econômicos e culturais em contextos

imperiais (Silva; Mendes, 2006; Faversani; Joly, 2014; Fleming, 2015; Frizzo, 2016; Funari; Garraffoni, 2018) e sobre os contatos entre as sociedades próximo-orientais e mediterrânicas com a Índia e a China (Bueno, 2002; Aldrovandi, 2009; 2010). Os referenciais teóricos das histórias conectadas são variados, mas entre eles destaca-se a aplicação da teoria das redes, pela qual a conectividade entre diferentes unidades sociais é compreendida por meio de fluxos articulados por nós, cuja distância é medida menos em termos de espaço físico e mais em termos de graus de separação, e que tem produzido importantes resultados para a história mediterrânea. Dentre as aplicações mediterranistas mais influentes, destacam-se os livros de I. Malkin, D. Abulafia e C. Broodbank. O livro *Small Greek Worlds: Networks in the Ancient Mediterranean*, de Irad Malkin (2013), por exemplo, interpreta a formação da civilização grega nos termos de uma “rede mediterrânea descentralizada” (por oposição ao centralizado mediterrâneo romano), cuja unidade (convergência) foi produzida por sua extensão territorial (divergência): quanto mais se afastavam, mais os gregos se tornavam “gregos”, segundo o autor (Malkin, 2013, p. 5). Outro exemplo, mais ambicioso mas com menor densidade analítica, é o livro *The Great Sea: a Human History of the Mediterranean*, de David Abulafia (Abulafia, 2011), que procura oferecer uma narrativa da história mediterrânea de 22000 a.C. aos dias atuais, com ênfase menor nas ecologias e maior nas redes comerciais e imperiais que integraram e dividiram o mar. Mais densa teórica e empiricamente é a monumental história mediterrânea *The Making of the Middle Sea, a History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*, de Cyprian Broodbank (2013), que abrange o período entre 1,8 milhão de anos e o século VI a.C. A história mediterrânea de Broodbank, organizada temporalmente, é a história da integração entre as diferentes regiões costeiras, produzida pela ação de diferentes sujeitos sociais: colonizadores, comerciantes, aventureiros, piratas, soldados e sacerdotes conectam sociedades, difundem traços culturais e articulam espaços econômicos e ecológicos. O livro em grande medida responde às críticas feitas ao programático *The Corrupting Sea* (Horden; Purcell, 2000), reforçando a historicidade dos processos de integração, considerando também seus limites e mudanças de modalidade. Outro exemplo dessa abordagem é o estudo de David Wengrow, *What Makes a Civilization? The Ancient Near East and the Future of the West* (Wengrow, 2010), o qual propõe que a compreensão do processo de formação das sociedades complexas a partir das primeiras comunidades agrárias no Antigo Oriente Próximo é resultado da intensificação das conexões e contatos sociais, do Planalto Iraniano ao norte da África e à Anatólia, estabelecendo que

uma das bases do desenvolvimento das hierarquias sociais e da centralização política teria sido o contato, a troca e, como sua forma social mais desenvolvida, o comércio.

Uma terceira via é a aplicação de teorias sistêmicas para explicar os processos de longa duração. A mais influente é a teoria dos sistemas-mundo, organizada a partir das interpretações de matrizes marxista, braudeliana e dependentistas por I. Wallerstein e André Gunder Frank, entre outros, nos anos 1970 e 1980. A teoria dos sistemas-mundo enfatiza a natureza hierárquica de sistemas sociais amplos, classificando as unidades sociais em centro, semi-periferia, periferia e área externa. Contra a limitação do conceito de sistema-mundo ao período moderno, feita por I. Wallerstein, André Gunder Frank defendeu a existência de um sistema-mundo eurasiático existente desde o início da Idade do Bronze, cujos ciclos de crescimento e retração explicariam os apogeu e declínios de sociedades e impérios (Frank; Gills, 1993). Apesar das duras críticas ao esquematismo teórico feitas nos anos 2000 (Chapman, 2014), a teoria do sistema-mundo ainda inspira interpretações de longa duração, tais como a proposta recente de Philippe Beaujard (2010). Para o autor, ao longo do primeiro milênio a.C., ocorreu a formação de três sistemas-mundo no contexto afro-eurasiático: o “ocidental”, incluindo o Mediterrâneo e Oriente Próximo, o “indiano”, centrado no vale do Ganges, e o “oriental”, centrado no vale do Yangtsé. A formação dos três sistemas foi consequência da reestruturação das sociedades após o colapso da idade do bronze, especialmente com a introdução da metalurgia do ferro e a criação de novas formas comerciais e imperiais. Entre os séculos VI e V a.C., os três sistemas estariam formados; os desenvolvimentos do final do primeiro milênio a.C. levariam a sua progressiva integração, resultando na formação de um único sistema-mundo afro-eurasiático a partir do século I d.C. A proposta de Beaujard procura integrar fatores de diferentes ordens (internos e externos, ambientais e sociais, culturais e econômicos), assim como enfatizar a importância das periferias (sejam elas as comunidades nômades das estepes ou as aldeias europeias), respondendo às críticas à ênfase exagerada nos centros, típica das primeiras formulações da teoria. No entanto, o caráter ainda genérico das análises (mil anos em 35 páginas), especialmente na discussão dos ciclos específicos de cada sistema, demanda uma exposição mais detalhada.

Paralelamente à teoria dos sistemas-mundo, diferentes autores propuseram enquadramentos igualmente sistêmicos, porém mais ecléticos. Um exemplo é a proposta de Mario Liverani, enriquecida na edição mais recente de seu *Antico Oriente: Storia, Società, Economia* (Liverani, 2011), publicado

originalmente em 1988. Para o autor, a história do Oriente Antigo é a história da expansão dos sistemas urbanos e imperiais mesopotâmicos, que se orientou por uma dialética entre dois modelos de desenvolvimento: o palaciano, baseado no princípio da redistribuição, e o aldeão, baseado no princípio da reciprocidade. As fases de crescimento eram marcadas pela hegemonia do modelo palaciano, o qual, quando a exploração das aldeias chegava ao limite, entrava em colapso. A reorganização após cada colapso, no entanto, gerava uma ampliação territorial do sistema, chegando ao seu apogeu sob o império persa aquemênida – quando o “Oriente antigo” se estendeu do Afeganistão à África.

Apesar de o livro *Against the Grain* de James C. Scott ser por ele mesmo classificado como *Deep History*, vale incluí-lo nessa perspectiva sistêmica (Scott, 2017). Mesmo não sendo um especialista em Antiguidade, seu ensaio sobre o desenvolvimento da agricultura e do Estado, focado na Mesopotâmia e no Egito e recorrentemente ampliando o olhar para diferentes partes de uma Antiguidade global, opera uma importante síntese de pesquisas feitas nas últimas décadas. Apoiando-se bastante na história ambiental, Scott apresenta uma narrativa não determinista e não linear que enfatiza a fragilidade e a efemeridade tanto da agricultura quanto do Estado (e, portanto, das hierarquias sociais) em seus primeiros séculos de existência. A contribuição de seu olhar para uma História Global está também na maneira como ele inverte o eixo narrativo na parte final do ensaio, propondo uma nova temporalidade para a história da “civilização”, pensada aqui como uma história dos “bárbaros”, isto é, das sociedades cuja relação com a agricultura e com o Estado, mais do que de oposição, é de determinação recíproca.

No outro extremo da delimitação cronológica, o *magnus opus* de Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages* (Wickham, 2005), busca observar as sociedades em redor do Mediterrâneo entre os séculos V e IX. O livro de Wickham, apesar de ser metodologicamente comparativo, contribui para o paradigma do Mediterrâneo como espaço e processo de integração. Em diálogo crítico com a obra de Horden e Purcell, Wickham busca mostrar que nesse período há um processo de desintegração e regionalização da unidade Mediterrânea anteriormente consolidada sob o Império Romano. Essa unidade do Mediterrâneo estava baseada na estruturação de um sistema tributário que sustentava uma burocracia estatal e um exército profissional que garantiam, protegiam e alimentavam, por meio do consumo estatal e do controle da mão de obra escrava e camponesa, a produção e o comércio em grande escala, gerando o que ele chamou de sistema inter-regional de integração. Com a quebra dessa integração inter-regional, a região é tomada por sistemas sociais

e políticos menores e mais regionalizados a partir do século V, com o desenvolvimento de três grandes centros (que em alguma medida conservam ou reinventam uma estrutura tributária semelhante à romana): o Império Romano no Oriente, a Monarquia franca e o Califado árabe.

A quarta via é aquela que usa de modo mais ou menos metafórico o conceito de globalização para descrever processos históricos antigos. Três usos podem ser observados. Um primeiro é o da “globalização totalizante”: a integração mediterrânea no início da Idade do Ferro (Hodos, 2014) ou sob a dominação imperial romana (Geraghty, 2007; Guarinello, 2010; Pitts; Versluys, 2015; Scopacasa, 2018) já foram tomadas como exemplos de globalizações unificadoras, que articulam diferentes esferas da vida social. N. Guarinello (2010), por exemplo, interpreta o Império Romano como o resultado de um longo processo de acúmulo de formas variadas de integração que reorganizaria, em diferentes contextos, as fronteiras internas e externas preexistentes na construção de uma “microglobalização”: o Império Romano reduziria a força das fronteiras étnicas, entre políades e entre estatutos jurídicos e intensificaria as fronteiras entre ricos e pobres, tornando-se uma máquina de acumulação de recursos pelas elites sem paralelo anterior. O mesmo autor amplia sua proposta de dialética entre integração e fronteiras para a história do Mediterrâneo entre os séculos X a.C. e V d.C. no livro de síntese *História Antiga* (Guarinello, 2013), centrado no conceito de mediterranização como “microglobalização”, propondo uma periodização original para o estudo da Antiguidade que, com base numa temporalidade dos processos de integração e desintegração, rompe com o método internalista de análise das sociedades antigas.

Um segundo uso do conceito de globalização pode ser chamado de “globalização parcial”, ou seja, aplicado apenas a determinadas formas de interação social. Assim, por exemplo, a cultura atlética grega já foi interpretada como símbolo de globalização, na medida em que criava um terreno comum para comunicação e circulação de agentes (atletas e embaixadores) de cidades que iam do Afeganistão à Sicília (Van Nijf, 2013; Van Nijf; Williamson, 2013). Um terceiro uso é aquele que sintetiza os dois anteriores, considerando a “globalização totalizante” como resultado da sobreposição de “globalizações parciais”. Um exemplo é o livro *Greeks and Barbarians*, de Kostas Vlassopoulos (2013): o autor demonstra como diferentes “mundos” (dos impérios, das redes, das colônias e da cultura pan-helênica) permitiam processos de globalização/globalização multidirecionais, tanto de adoção de traços culturais gregos por povos bárbaros, quanto o contrário. Com isso, o autor defende a irredutibilidade da cultura à política, assim como a diversidade de arranjos entre os sistemas,

cada qual organizado à sua maneira: centralizados ou descentralizados, abertos ou fechados etc.

A quinta via, por fim, é a que reconfigura as subdivisões morfológicas da História Antiga a partir de uma abordagem afro-eurasiática – a qual, apesar de ter ecos da discussão no âmbito da teoria dos sistemas-mundo, tem pouca relação com ela. As vantagens e impasses comparativos e narrativos são variados, em função das opções teóricas de seus proponentes. Tomamos aqui dois exemplos dessa via. O primeiro, lançado com uma grande campanha em diferentes mídias, é o livro *Why the West Rules – For Now* de Ian Morris (2011), que abarca os últimos 15 mil anos de modo a oferecer uma “visão de conjunto” sobre o desenvolvimento social do Ocidente e do Oriente. Tais fatores explicariam, por um lado, o fato de que diferentes sociedades passam pelas mesmas etapas de desenvolvimento social (em função de fatores biológicos e sociológicos), e por outro, o fato de que elas atingem essas etapas em ritmos diferentes (em função de fatores geográficos). Deixando de lado sua frágil metodologia de “medição civilizatória” que elege quatro traços (captação de energia, capacidade organizacional, urbanismo e potência militar) como base para a pontuação e a elaboração de um também frágil ranking civilizatório, interessa-nos mais a definição de Ocidente de Morris. Diferentemente das definições tradicionais, para ele, são ocidentais as sociedades que descendem do núcleo “primeiro e mais ocidental dos núcleos eurasiáticos” (Morris, 2011, p. 50), que equivale à região de Jericó onde ocorreu pela primeira vez a domesticação de cereais, incluindo as sociedades do Oriente Próximo e do Mediterrâneo. Embora também passível de críticas, pois baseada num recorte arbitrário da Eurásia, cujas conexões são apontadas por outros estudos aqui apresentados, o Ocidente de Morris é uma forma civilizatória mais do que uma unidade geográfica: ela se expande e se desloca com o tempo, em função do desenvolvimento das “sociedades descendentes” que se tornam os centros mais dinâmicos. O modelo de Morris também se afasta do paradigma da “sucessão civilizatória”, ao considerar, por um lado, a simultaneidade entre Oriente Próximo e Mediterrâneo (a urbanização do Mediterrâneo e a formação das hegemonias e do Império Romano são tratadas em conjunto com os impérios próximo-orientais); por outro, o deslocamento dos “centros” dinâmicos, longe de ser tomado como evidente em si (guiado pelo acaso ou pelo “espírito” em um sentido hegeliano), é explicado com base na teoria da “vantagem do atraso” (inovações e soluções civilizacionais dos centros são apropriadas pelas periferias, que as aperfeiçoam sem ter de lidar com os constrangimentos demográficos, econômicos ou ecológicos dos antigos centros). Em síntese, a proposta

macronarrativa de Morris une a comparação transcultural a partir de variáveis comuns e a história conectada a partir de processos em comum, sejam eles de base ecológica ou social.

O segundo exemplo é o – menos ambicioso e de lançamento bem menos histriônico – livro *The World from 1000 BCE to 300 CE*, de S. Burstein (2017). O autor procura mostrar por meio de quais processos a Afro-Eurásia passou da divisão em inúmeros pequenos e grandes Estados territoriais do final da Idade do Bronze para a divisão em três grandes impérios (Roma, Pérsia Sassânida e China Jin), que governavam “mais da metade da população da Afro-Eurásia” (Burstein, 2017, p. xi). Apesar de também lançar mão de recursos comparativos, o livro de Burstein é muito mais narrativo e centrado nas conexões do que o de Morris. Assim, se rapidamente no Prefácio descreve as semelhanças sociais entre os três grandes impérios acima citados (economia agrícola monetarizada, urbanização, diferenciação social, monarquia autocrática baseada em exército, burocracia, textos canônicos etc.), ao longo do livro abundam os casos de processos conectados. Um exemplo é a formação do Império Persa Aquemênida, interpretado pelo autor como herdeiro do Império Cita, o primeiro império nômade iraniano da história: a construção de um império multiétnico, unificado pela submissão de potências locais a uma elite iraniana, é o grande fato que promove uma série de transformações tanto no Mediterrâneo quanto na Índia, tomados como periferias e fronteiras do império (Burstein, 2017, p. 52). A dissolução do Império Aquemênida a partir das conquistas macedônicas, assim como a impossibilidade de reunificação da região por uma potência, permitiu o que o autor chama de “emergência das periferias”: Roma no Mediterrâneo e a dinastia Han na China. Inicialmente separadas, as duas extremidades da Eurásia entraram em contato com a reorganização da autoridade iraniana sobre a região central sob a dinastia Arsácida. A “globalização” dos séculos I e II d.C., no entanto, estaria na base da disseminação de pandemias que enfraqueceriam os impérios romano e chinês, o que seria amplificado com a formação do Império Persa Sassânida: a crise do século III d.C. alteraria novamente o ambiente político e ecológico eurasiano, promovendo transformações profundas nas estruturas imperiais de cada região. Diferentemente de Morris e de Beaujard, Burstein submete a formação da região a dinâmicas históricas particulares: se em meados do primeiro milênio o centro da Eurásia é o Império Persa Aquemênida e suas periferias no Mediterrâneo oriental e na Índia, no século III d.C. a Eurásia tem três macrorregiões (o Mediterrâneo Romano, a Pérsia Sassânida e a China Jin).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste texto discutir alguns dos caminhos que produziram a História Antiga do século XXI, destacando as confluências de algumas de suas realizações com os debates atuais da História Global. Como conclusão, apontaremos as implicações dessas confluências para o problema da macronarrativa, fundadora da forma História Antiga, e das possíveis novas modalidades de relação entre tempo e espaço.

A macronarrativa da História Antiga construída nos séculos XIX e XX, baseada no eurocentrismo e no internalismo, estabeleceu a centralidade da temporalidade linear e homogênea para organização do discurso. Assim, a história da humanidade foi dividida em “idades”, cujos fundamentos espaciais se configuravam como território, também homogêneo, preenchido pelas várias contribuições das sociedades da Antiguidade ao desenvolvimento da “Civilização”. O espaço era por um lado cenário dos avanços civilizatórios e, por outro, delimitação do descompasso temporal: na medida em que a História se desenrolava, o Ocidente se tornava mais avançado e o Oriente, mais atrasado. Isso permitiria a formulação do paradigma da “história imóvel” no Oriente (o que alimentou, na tradição marxista, a teoria do “modo de produção asiático”, e, nos pensamentos liberal e conservador, o despotismo asiático), o qual, em pleno século XIX, mantinha características do passado remoto. Os espaços do globo, dispostos na linha histórica do desenvolvimento civilizatório, situavam-se em diferentes períodos: viajar no espaço era também viajar no tempo, nessa particular cosmogonia (Fillafer, 2017).

Os absurdos epistemológicos, metodológicos e éticos dessa construção foram suficientemente apontados pela bibliografia recente, fortemente influenciada pela perspectiva pós-colonial. No entanto, apontar os absurdos não significa superá-los: a macronarrativa e a cosmogonia eurocêntrica, expulsas pela porta da frente, retornam pela porta dos fundos da morfologia das idades e períodos. Como superá-los, então? Os desafios lançados pela História Global e pela História Antiga do século XXI, acreditamos, apontam para vias promissoras de superação do impasse. Por um lado, há a centralidade do espaço na organização da macronarrativa. Na medida em que a História Antiga é regionalizada – ou seja, não mais idade da História Universal, mas história de regiões específicas, o Mediterrâneo e/ou o Oriente Próximo, ou, nos casos extremos, a Afro-Eurásia – categorias propriamente espaciais, como integração, fronteiras, regiões, conexões e mundializações são colocadas no centro da

reflexão, incorporando assim os impulsos da chamada virada espacial das últimas décadas (Warf; Arias, 2008).

Por outro lado, há o experimento com perspectivas alternativas de temporalidade. Acreditamos que, principalmente nas propostas baseadas nas teorias de sistemas e na abordagem afro-eurasiática, desenvolvem-se narrativas que expressam temporalidades significativas para os sujeitos do passado. Por meio de uma perspectiva de “desenvolvimento desigual e combinado”, ou das “vantagens do atraso”, pode-se perceber uma importante dialética do tempo sendo operado entre as inúmeras formações sociais que se integram e desintegram. E não só entre as diversas formações, mas através delas, sendo possível propor uma temporalidade diferenciada para diversas instâncias da sociabilidade humana e que transcende as fronteiras das diversas formações sociais da Antiguidade. Temporalidades que subvertem até mesmo a tradicional história dos Estados civilizados em favor do metabolismo social dos “bárbaros”. Há múltiplas linhas de desenvolvimento histórico que se encontram e desencontram, orientadas por lógicas e sob ritmos diferentes, mas que não se reduzem a uma única linha de desenvolvimento e que não cabem no desejo de um passado antigo exclusivamente europeu ou ocidental; que deslocam a Antiguidade do tempo linear daquela História Universal provinciana da modernidade.

Um desenvolvimento possível tanto da espacialização quanto das concepções alternativas de temporalidade pode ser a construção de histórias não lineares de formação e reconfiguração dos diversos “mundos” que antecederam a globalização capitalista, e que formaram o trabalho morto que seria incorporado, subsumido ou marginalizado por esta última – tema a ser desenvolvido em outro texto. Aqui, vale destacar que tal perspectiva abre possibilidades para subverter a linearidade eurocêntrica sem, contudo, romper com a ambição da construção de macronarrativas; como as cinco vias aqui discutidas permitem vislumbrar, a espacialização se conjuga com diferentes temporalidades fundadas em dialéticas do ciclo e do acúmulo, do progresso e do atraso, da conexão e das fronteiras, do crescimento e do colapso. O convite da História Global está colocado: cabe aos antiquistas decidir se o mergulho vale os perigos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a leitura atenta e crítica feita pelos(as) colegas Aline Dias da Silveira, Waldomiro Lourenço, Rodrigo Bonaldo, Flávia Varella, Alex Degan, Henrique Espada Lima, Fábio Frizzo, José Ernesto Knust, Paulo Pachá,

Sarah Lino Azevedo, Rafael Marquese e João Paulo Pimenta, além das observações dos(as) pareceristas anônimos(as). Especial menção deve ser feita também às alunas e alunos da disciplina “História da Antiguidade Ocidental” do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2018 e 2019, com os quais as ideias centrais do texto foram debatidas em diversas ocasiões. Os equívocos, obviamente, são de total responsabilidade dos autores.

REFERÊNCIAS

- ABULAFIA, David. *The Great Sea: A Human History of the Mediterranean*. New York: Oxford University Press, 2011.
- ABULAFIA, David (ed.). *The Mediterranean in History*. London: Thames and Hudson, 2003.
- ALCOCK, Susan E.; CHERRY, John F. (ed.). *Side-by-side Survey : Comparative Regional Studies in the Mediterranean World*. Oxford: Oxbow Books, 2004.
- ALDROVANDI, Cibele. A fronteira oriental do mundo helenístico: as fontes escritas sobre o ambiente construído e a sociedade nas cidades gregas da região bactro-gandhariana. *Revista Archai – Revista de Estudos sobre as Origens do Pensamento Ocidental*, Brasília, v. 3, p. 45-58, 2009.
- ALDROVANDI, Cibele. A morfogênese espacial da Antiga Báctria: interações e paradigmas em uma paisagem fractal. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 20, p. 163-196, 2010.
- AMIN, Samir. *L'eurocentrisme: critique d'une idéologie*. Paris: Anthropos, 1988.
- AMIN, Samir. *Global History: A View from the South*. Nairobi (Kenya): Fahamu/Pambazuka Press, 2011.
- ANIEVAS, Alexander; MATIN, Kamran. Historical Sociology, World History and the ‘Problematic of the International’. In: ANIEVAS, Alexander; MATIN, Kamran (ed.). *Historical Sociology and World History: Uneven and Combined Development Over the Longue Durée*. Global dialogues: developing non-Eurocentric IR and IPE. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2016. p. 1-16.
- APPIAH, Kwame A. There is no such thing as western civilisation. *The Guardian*, 9 Nov. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/nov/09/western-civilisation-appiah-reith-lecture>.
- ÁVILA, Arthur L. de. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Revista Expedições – Teoria da História e Historiografia*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 189-209, 2016.
- BEAUJARD, Philippe. From Three Possible Iron-Age World-Systems to a Single Afro-Eurasian World-System. *Journal of World History*, v. 21, n. 1, p. 1-43, 2010.

- BELICH, James et al. (ed.). *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. New Brunswick, NJ: Rutgers, 1987.
- BOWDEN, William; LAVAN, Luke; MACHADO, Carlos. *Recent Research on the Late Antique Countryside*. Leiden: Brill, 2004.
- BOWERSOCK, G. W.; BROWN, Peter; GRABAR, Oleg (ed.). *Interpreting Late Antiquity: Essays on the Post Classical World*. Cambridge, MA: Harvard University Press/Belknap, 2001.
- BRIANT, Pierre. *Histoire de l'Empire Persé: de Cyrus à Alexandre*. Paris: Fayard, 1996.
- BROODBANK, Cyprian. *The making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity*. London: Routledge, 1971.
- BUENO, André. *A justa medida em Confúcio e Aristóteles*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2005.
- BUENO, André. *Roma, China e o sistema mundial entre os séculos I ao III d.C.* 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2002.
- BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- BURKERT, Walter. *The Orientalizing Revolution: Near Eastern Influence on Greek Culture in the Early Archaic Age*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- BURSTEIN, Stanley M. *The World from 1000 BCE to 300 CE*. New York: Oxford University Press, 2017.
- CERQUEIRA, Fábio V.; NOBRE, Chimene K.; POZZER, Kátia M. P. (org.). *Fronteiras e etnicidade no Mundo Antigo*. Pelotas, RS: UFPEL; Canoas, RS: Ulbra, 2005.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- CHAPMAN, Robert. Scales, Interaction and Movement in Later Mediterranean Prehistory. In: SOUVATZI, Stella; HADJI, Athena (ed.). *Space and Time in Mediterranean Prehistory*. London: Routledge, 2014. p. 32-48.
- CLAESSEN, H. J. M. The Early State: Theories and Hypotheses. In: CLAESSEN, Henri J. M.; SKALNÍK, Peter. *The Early State*. The Hague: Mouton, 1978. p. 3-29.
- CLÉMENT, François; TOLAN, John; WILGAUX, Jérôme (dir.). *Espaces d'échanges en Méditerranée: Antiquité et Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.
- COHEN, Ronald. State Origins: A Reappraisal. In: CLAESSEN, Henri J. M.; SKALNÍK, Peter. *The Early State*. The Hague: Mouton, 1978. p. 31-75.
- CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.

- CROSSLEY, Pamela K. *O que é história global?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. Discussion: the futures of global history. *Journal of Global History*, v. 13, n. 1, p. 1-21, mar. 2018.
- ECKSTEIN, Arthur M. *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley, CA: University of California Press, 2006.
- FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio D. (org.). *As formas do Império Romano*. Ouro Preto, MG: Edufop, 2014.
- FILLAFTER, Franz L. A World Connecting? From the Unity of History to Global History. *History and Theory*, v. 56, n. 1, p. 3-37, mar. 2017.
- FINLEY, Moses. *Ancient Economy*. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.
- FINLEY, Moses. *Ancient History: Evidence and Models*. London: Penguin, 1987.
- FINLEY, Moses. *Politics in the Ancient World*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1983. p. 1-23.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B. (org.). *Khorion – Xopión: cidade e território na Grécia Antiga*. São Paulo: Fapesp: Intermeios, 2019.
- FLORENZANO, Maria Beatriz B.; HIRATA, Elaine F. V. (org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FRANK, Andre G.; GILLS, Barry K. (ed.). *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?* London: Routledge, 1993.
- FRIZZO, Fábio. *Estado, império e exploração econômica na XVIII Dinastia*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2016.
- FUNARI, Pedro P. de A.; GARRAFFONI, Renata. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, Guarulhos: Unifesp, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.
- GARCIA, Manuel P.; SOUSA, Lucio de. *Global History and New Polycentric Approaches: Europe, Asia and the Americas in a World Network System*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- GARNSEY, Peter; SALLER, Richard P. *The Roman Empire: Economy, Society, and Culture*. Berkeley, CA: University of California Press, 1987.
- GERAGHTY, Ryan M. The Impact of Globalization in the Roman Empire, 200 BC-AD 100. *The Journal of Economic History*, v. 67, n. 4, p. 1036-1061, 2007.
- GOLDSTONE, Jack A.; HALDON, John. Ancient States, Empires and Exploitation. Problems and Perspectives. In: MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter. *The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium*: State Power from Assyria to Byzantium. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 3-29.
- GREENE, Kevin. *The Archaeology of the Roman Economy*. Berkeley, CA: University of California Press, 1990.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

- GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 24, n. 48, p. 13-28, 2004.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Modelos teóricos sobre a cidade no Mediterrâneo Antigo. In: FLORENZANO, Maria Beatriz B.; HIRATA, Elaine F. (org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 109-119.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia – História e Sociedade*, Vitória da Conquista, BA: Uesb, v. 3, n. 1, 2003.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 113-127, dez. 2010.
- GUARINELLO, Norberto Luiz; SILVA, Uiran G. da.; OLIVEIRA, Gustavo J. D.; PIZA, Pedro de T. (org.). *Fronteiras mediterrânicas*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2019.
- HANSEN, Mogens H. (ed.). *A Comparative Study of Thirty City-state Cultures: An Investigation*. Copenhagen: Kongelige Danske Videnskabernes Selskab, 2000.
- HANSEN, Mogens H. (ed.). *A Comparative Study of Six City-state Cultures: An Investigation*. Copenhagen: Kongelige Danske Videnskabernes Selskab: Commission Agent, C.A. Reitzels Forlag, 2002.
- HARDWICK, Lorna; STRAY, Christopher (ed.). *A Companion to Classical Receptions*. Oxford: Blackwell, 2008.
- HARRIS, William V. (ed.). *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HARTOG, François; REVEL, Jaques (org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.
- HODOS, Tamar. Interações coloniais no Mediterrâneo Global da Idade do Ferro. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 597-635, set./dez. 2019.
- HODOS, Tamar. Stage Settings for a Connected Scene: Globalization and Material-culture Studies in the Early First-millennium B.C.E. Mediterranean. *Archaeological Dialogues*, v. 21, n. 1, p. 24-30, jun. 2014.
- HORDEN, Peregrine; KINOSHITA, Sharon (ed.). *A Companion to Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2014.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. The Mediterranean and ‘the New Thalassology’. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 722-740, jun. 2006.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2000.
- JOÃO, Maria Thereza D. *Estado e elites locais no Egito no final do III milênio a.C.* 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015.
- KORMIKIARI, Maria Cristina P.; HIRATA, Elaine F. V.; ALDROVANDI, Cibele (org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2011.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KUNTZ FICKER, Sandra. Mundial, trasnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris: EHESS, 27 mar. 2014. Disponible em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>.
- LEFKOWITZ, Mary R.; ROGERS, Guy M. *Black Athena Revisited*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1996.
- LIVERANI, Mario. Ancient near Eastern History from Eurocentrism to an Open World. *ISIMU*, v. 2, p. 3-9, 1999.
- LIVERANI, Mario. *Antico Oriente: storia, società, economia*. 4. ed. Roma: Laterza, 2011.
- LLOYD, G. E. R.; ZHAO, Jenny J. (ed.). *Ancient Greece and China Compared*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- MALKIN, Irad. *A Small Greek World: Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- MALKIN, Irad (ed.). *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. London: Routledge, 2005.
- MANNING, J. G.; MORRIS, Ian (ed.). *The Ancient Economy: Evidence and Models*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007.
- MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João P. Tradições de História Global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, Mariana: Ufop, v. 8, n. 17, abr. 2015.
- MARTIN, Thomas R. *Herodotus and Sima Qian: The First Great Historians of Greece and China*. Boston: Bedford: St. Martin's, 2009.
- MARTINDALE, Charles. Introduction: Thinking Through Reception. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (ed.). *Classics and the Uses of Reception*. Oxford: Blackwell, 2006. p. 1-13.
- MATTINGLY, David J.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Dialogues in Roman Imperialism: Power, Discourse, and Discrepant Experience in the Roman Empire*. Portsmouth, RI: JRA, 1997.
- MAZLISH, Bruce. *The New Global History*. London: Routledge, 2006.
- MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph (ed.). *Conceptualizing Global History*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.
- MOATTI, Claudia; KAISER, Wolfgang; PÉBARTHÉ, Christophe. (dir.). *Le monde de l'itinérance en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne*. Pessac: Ausonius, 2009.
- MORALES, Fábio A. Cidades invisíveis: para uma crítica do conceito de polis. *Archai – revista de estudos sobre as origens do pensamento ocidental*, São Paulo, v. 4, p. 71-82, 2010.
- MORALES, Fábio A.; PEREIRA, Mateus H. de F. O convite da história global. *Esboços – histórias em contextos globais*, v. 26, n. 41, p. 7-13, jan. 2019.

- MORLEY, Neville. *Theories, Models, and Concepts in Ancient History*. London: Routledge, 2004.
- MORRIS, Ian. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30-55, dez. 2003.
- MORRIS, Ian. *Why the West Rules—For Now: The Patterns of History, and What They Reveal About the Future*. New York: Picador USA: St Martin's, 2011.
- MUTSCHLER, Fritz-Heiner; MITTAG, Achim (ed.). *Conceiving the Empire: China and Rome Compared*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- NIEBUHR, Barthold G. *Lectures on Ancient History, from the Earliest Times to the Taking of Alexandria by Octavianus*: Comprising the History of the Asiatic Nations, the Egyptians, Greeks, Macedonians and Carthaginians. v. 1. Transl.: Leonhard Schmitz. Philadelphia: Blanchard and Lea, 1852.
- OLSTEIN, Diego A. *Thinking History Globally*. London: Palgrave Macmillan, 2014.
- OVERTOOM, Nikolaus L. The Power-Transition Crisis of the 240s BCE and the Creation of the Parthian State. *International History Review*, v. 38, n. 5, p. 984-1013, 2016.
- PALMEIRA, Miguel S. “A Economia Antiga é um Campo de Batalha”: história social de uma controvérsia erudita. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 38, p. 340-372, jun. 2018.
- PALMEIRA, Miguel S. *Moses Finley e a economia antiga*: a produção social de uma inovação historiográfica. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008.
- PITTS, Martin; VERSLUYS, Miguel J. (ed.). *Globalisation and the Roman World: World History, Connectivity and Material Culture*. New York: Cambridge University Press, 2015.
- POTTER, Simon J.; SAHA, Jonathan. Global History, Imperial History and Connected Histories of Empire. *Journal of Colonialism and Colonial History*, v. 16, n. 1, 2015.
- REDE, Marcelo. O “rei de justiça”: soberania e ordenamento na antiga Mesopotâmia. *Phoenix*, v. 15, n. 1, p. 135-146, 2009.
- SACHSENMAIER, Dominic. *Global Perspectives on Global History: Theories and Approaches in a Connected World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- SANTOS JÚNIOR, João J. G. dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 483-502, dez. 2017.
- SCHEIDEL, Walter (ed.). *Rome and China: Comparative Perspectives on Ancient World Empires*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SCHEIDEL, Walter (ed.). *State Power in Ancient China and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SCHEIDEL, Walter; REDEN, Sitta von. *The Ancient Economy*. London: Routledge, 2012.

- SCOPACASA, Rafael. Hegemonia romana e transformações culturais no mediterrâneo (séculos IV-II a.C.): novas perspectivas da história global. *Revista de História*, São Paulo, n. 177, p. 1-35, maio 2018.
- SCOTT, James C. *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. New Haven, CN: Yale University Press, 2017.
- SHANKMAN, Steven; DURRANT, Stephen W. (ed.). *Early China/Ancient Greece: Thinking through Comparisons*. Albany, NY: SUNY Press, 2002.
- SILVA, Bruno dos S. Romanização e os séculos XX e XXI: a dissolução de um conceito. *Mare Nostrum*, São Paulo, n. 2, p. 57-75, 2011.
- SILVA, Gilvan V. da; MENDES, Norma M. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- SILVA, Glaydson J. da. *História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.
- SILVA, Glaydson J. da; CARVALHO, Alexandre G. (org.). *Como se escreve a História da Antiguidade: olhares sobre o antigo*. São Paulo, s. d. (no prelo).
- VAN NIJF, Onno M. Ceremonies, Athletics and the City: Some Remarks on the Social Imaginary of the Greek City of the Hellenistic Period. In: STAVRIANOPOULOU, Eftychia (ed.). *Shifting Social Imaginaries in the Hellenistic Period*. Leiden: Brill, 2013. p. 311-338.
- VAN NIJF, Onno M.; WILLIAMSON, Christina G. Netwerken, panhelleense festivals en de globalisering van de Hellenistische wereld. *Groniek. Historisch Tijdschrift*, Groningen, n. 200, p. 253-265, 2013.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Origens do pensamento grego*. Tradução: Ísis B. B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- VLASSOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WARF, Barney; ARIAS, Santa (ed.). *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*. New York: Routledge, 2008.
- WEBSTER, Jane. Creolizing the Roman Provinces. *American Journal of Archaeology*, v. 105, n. 2, p. 209-225, 2001.
- WENGROW, David. *What Makes Civilization?* The Ancient Near East and the Future of the West. Oxford: Oxford University Press, 2010.

- YOFFEE, Norman. *Mitos do Estado Arcaico: Evolução dos Primeiros Estados, Cidades e Civilizações*. São Paulo: Edusp, 2013.
- YOUNG, Robert. *White Mythologies: Writing History and the West*. Hove, U.K.: Psychology Press, 2004.

NOTA

¹ Os conceitos de cidades-Estados, em geral, e, em particular, de *polis*, têm uma longa literatura acadêmica. Neste artigo, estamos usando suas versões mais abrangentes de Hansen (2002) e Yoffee (2013) que os entendem como entidades políticas autônomas em meio a sistemas ou cultura de cidades-Estados. Para uma síntese das definições de cidades-Estados no Mediterrâneo, cf. Guarinello (2009); para as definições da *pólis* grega, cf. Morales (2010). Ver também o impulso desconstrucionista em Horden e Purcell (2000) e em Vlassopoulos (2007). Sínteses bibliográficas sobre o conceito de Estado na Antiguidade podem ser encontradas em Claessen (1978), Cohen (1978), Goldstone e Haldon (2008) e Yoffee (2013). Para o que diz respeito aos usos de conceitos políticos e sociais modernos para a Antiguidade, cf. Finley (1983) e Morley (2004).

Artigo recebido em 13 de maio de 2019.
Aprovado em 25 de novembro de 2019.

